

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág.

Marília Márcia Cunha da Silva¹

RESUMO: Atualmente, a educação pública brasileira enfrenta ataques de grupos conservadores preocupados com a expansão das críticas aos sistemas econômicos e políticos e à manutenção dos privilégios ligados às elites históricas. O movimento “Escola sem Partido” se insere neste contexto e incentiva a desconfiança, a fiscalização e as denúncias dos responsáveis e estudantes contra educadores que tratem de temas relacionados à política nacional, à diversidade étnica e à diversidade sexual. O livro *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* foi organizado pelo professor Gaudêncio Frigotto e reúne, com este, dezenove pesquisadores que desdobram, em nove capítulos, diferentes aspectos do citado movimento mostrando as suas ligações a determinados interesses políticos e financeiros. O livro é instigante e provocativo, fundamental para todos os educadores interessados em discutir e refletir sobre a instituição escolar e o papel da educação na sociedade contemporânea, especialmente em face ao recrudescimento da intolerância e da violência contra aqueles que apresentam argumentos contra-hegemônicos.

¹ Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj). Docente do departamento de Sociologia do Colégio Pedro II.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 pág.

Marília Márcia Cunha da Silva

No ano de 2004, surgiu um movimento autointitulado “Escola sem Partido”. Um advogado, pai de uma estudante do ensino fundamental cujo professor de história comparou Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, a São Francisco de Assis, santo da religião católica, indigna-se e decide reunir outros responsáveis para agir contra a “doutrinação esquerdista” nas escolas. Em 2014, o movimento recebe maior notoriedade e adesão quando um deputado estadual e um vereador, irmãos, ambos da cidade do Rio de Janeiro, decidem aderir ao movimento e transformar suas pautas e bandeiras em projetos políticos – incluindo nestes a luta contra a “ideologia de gênero”.

O movimento “Escola sem Partido” amplia-se e ganha caráter nacional, e em julho de 2016, consegue submeter projetos de leis em onze câmaras de deputados estaduais, além da câmara dos deputados federais.

É sobre este movimento – sua origem, seus interesses, suas propostas e projetos –, sobre como se contrapor aos seus argumentos e enfrentar suas investidas contra a liberdade de cátedra docente – e também contra outras liberdades individuais, atacadas por ele –, que versa o livro *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. O livro se propõe a contextualizar o movimento e a desvendar os interesses e ligações políticas e econômicas daqueles que dele participam, discutindo paralelamente o ato de educar e as finalidades da instituição escolar.

O livro foi organizado por Gaudêncio Frigotto, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pensador que dedicou sua vida profissional ao estudo das relações entre os diferentes modelos de educação e o sistema econômico capitalista. Com inspirações marxistas e gramscianas, Frigotto frisa continuamente, em seus diversos trabalhos, como a escola e diversas correntes pedagógicas vêm se dedicando a formar um ser humano “unilateral”, acrítico, disciplinado e voltado para o mercado. O papel da escola, porém, segundo Frigotto, deveria ser

a formação “omnilateral” dos seres humanos, ao ensiná-los ao mesmo tempo o trabalho manual e o intelectual, levando-os a compreender o caráter humano do trabalho – o “mundo das necessidades” – relacionado às esferas sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas – o “mundo das liberdades” (FRIGOTTO, 2009).

Frigotto, filósofo e proponente de outro paradigma para a escola básica (chamado por ele de “politécnico”), pensador inspirado por autores como István Mézsáros, Antonio Gramsci, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e outros, dentre os quais Karl Marx, se vê, na segunda década dos anos 2000, diante de um movimento que demanda junto aos órgãos legislativos das esferas municipais, estaduais e federal que qualquer proposta diferenciada de educação seja silenciada e cerceada. Frigotto explica que o movimento “Escola sem Partido” simplesmente reforça os desígnios da educação no capitalismo: a simples instrução, não a educação. “*O que era implícito desde a revolução burguesa, instruir sim, ainda que de forma diferenciada, mas educar não, agora é proclamado como programa de ação*”, diz Frigotto (2016, p.11).

Diante deste cenário, Frigotto reúne dezenove pesquisadores, os quais escrevem, separadamente, os nove artigos que compõem as 144 páginas do livro. Publicado em 2017 pelo Laboratório de Políticas Públicas da Uerj em formato digital – disponibilizado gratuitamente na rede² – e em brochura, *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* procura esquadrihar os diversos aspectos que compõem um movimento que, como apresentam os autores, ameaça a educação básica no Brasil.

Após a apresentação escrita por Maria Ciavatta, Frigotto explica o contexto macroestrutural que possibilitou o surgimento do Escola sem Partido (ESP). Segundo o autor, desde o final do século XX, o capitalismo financeiro vem se expandindo – capitalismo do capital especulativo que nada produz, mas que assalta os Estados nacionais, agora enfraquecidos, com a cobranças de juros de dívidas públicas. Neste contexto, há o acirramento da luta de classes – já que há o recrudescimento da miséria global – e o aprofundamento das desigualdades sociais. Numa tentativa de justificar e promover a manutenção de seus privilégios, a burguesia procura manipular as massas pela “pedagogia do medo e da violência”, pela doutrina do ajuste e da austeridade e pela doutrina do “capital humano”, comumente chamada de “meritocracia”. Frigotto aponta que, nesta conjuntura, promove-se um desmanche

² O sítio do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj disponibiliza o livro no endereço: <https://drive.google.com/file/d/0B8ZDG4hi54IEZ05HQWdzUmViekE/view>

na escola pública – a qual vira um empecilho para os grandes empresários do mercado educacional – e uma revisão da função docente, e surgem institutos empresariais dedicados a pensar a educação e a política brasileiras. Associado a estes, surge finalmente o ESP, uma esfinge que precisa ser decifrada antes que nos devore.

Em seguida, o professor Fernando Penna se propõe a pensar o discurso propagado pelo movimento analisado pelos pesquisadores. Segundo Penna, o discurso do ESP – um discurso aparentemente absurdo e sem fundamentos para quem domina o debate educacional – se vale de uma linguagem simples e próxima do senso comum para difundir uma concepção de escolarização, a desqualificação dos professores – dos quais os pais devem desconfiar sempre – e estratégias discursivas fascistas.

A concepção de escolarização promovida pelo ESP aponta que a escola deve transmitir o “conhecimento neutro”. O professor não deve educar, mas instruir; não falar sobre a “realidade dos alunos”, pois todas as leituras sobre a realidade contêm avaliações políticas e, portanto, podem orientar as “ideologias” dos estudantes (responsabilidade dos pais); e não mobilizar ou tratar de valores de qualquer natureza no espaço escolar. Como estratégias discursivas, o movimento desumaniza professores, os quais contaminariam as escolas brasileiras com suas visões de mundo “petistas”, “petralhas” ou “esquerdistas” e recheadas com “ideologia de gênero”. O professor precisa então ser fiscalizado, controlado e denunciado para evitar que aprisione os estudantes, sua audiência cativa. Segundo Penna, o Escola sem Partido tem propalado medo entre os professores, os quais se sentem perseguidos e assediados nos seus espaços de trabalho.

Betty Espinosa e Felipe Queiroz, por sua vez, investigam as articulações e as redes que compõem e atravessam o ESP. Os autores dizem que, por meio da análise e descrição de redes sociais, observam as interações e as trocas entre atores e mostram como aqueles que compõem o movimento ESP têm relações estreitas com institutos empresariais, partidos políticos, instituições religiosas e organizações norte-americanas. Espinosa e Queiroz escrevem um artigo instigante sobre o entusiasmo dos integrantes do ESP com as ideias dos grupos norte-americanos que oferecem *homeschooling* – o ensino domiciliar ministrado pelos responsáveis, o qual ainda é um setor do mercado inexistente e inexplorado no Brasil. Grupos como o *No Indoctrination* – o qual tem a origem idêntica à narrada pelo fundador do ESP –, o *Campus Watch* e o *Creation Studies Institute* influenciaram o Escola sem Partido em suas ideias e em seus métodos de ação: responsáveis e estudantes norte-americanos também são orientados a

denunciar os professores que falem sobre perspectivas de gênero, sobre o multiculturalismo, sobre racismo e sobre questões palestinas.

Espinosa e Queiroz investigam as afiliações daqueles que possuem vínculos com o Escola sem Partido: as suas ligações com o Instituto *Millenium*, entidade formada por intelectuais e grandes empresários pró-*impeachment* da presidenta Dilma Roussef, empenhados em divulgar valores do neoliberalismo; com igrejas evangélicas e com diversos políticos representantes desta categoria; suas participações em eventos no Foro de Brasília e no Instituto Liberal; suas ligações com militantes do Movimento Brasil Livre e Revoltados Online. Os pesquisadores demonstram que apesar de o movimento se autointitular “sem Partido”, ele está vinculado política e ideologicamente aos setores mais conservadores do país.

No quarto capítulo do livro, Eveline Algebaile expõe as características e as formas de atuação do ESP dissecando a principal plataforma do movimento: um sítio virtual na rede mundial de computadores que veicula ideias, oferece materiais para leitura, e recebe e apresenta as denúncias de “práticas de doutrinação” – estimulando o denunciismo e a desconfiança constante, inclusive. Algebaile aponta que a maior preocupação dos textos e do projeto político elaborado e sustentado pelo movimento – projeto que também está presente no sítio virtual para os políticos eleitos que quiserem apresentá-lo aos legisladores – é a possibilidade de que haja, nas escolas, alguma crítica ao capitalismo, aos valores hegemônicos e à educação conservadora.

Já Marise Nogueira Ramos explica como o Programa Escola sem Partido e os projetos de lei que submetem tal programa às câmaras legislativas brasileiras seriam a expressão de uma face perigosa do Estado de exceção no qual vivemos: aprovar um projeto inconstitucional é promover outra norma, legitimar um princípio que romperia os acordos legais vigentes – culminando numa ditadura. A partir disto, Ramos passa a explorar a noção de neutralidade do ato de educar, presente no programa. Segundo a autora, não podemos dissociar o ato de educar de uma manifestação política – não havendo neutralidade, inclusive, em nenhuma relação, explica ela. A neutralidade é, na verdade, consentir com as classes hegemônicas e impedir que os interesses dos dominados sejam abordados nas escolas.

Segundo Nogueira Ramos, a escola deveria se constituir e legitimar enquanto um território de contradições e de disputas de concepções de mundo, um espaço de acesso à informação, ao conhecimento e à cultura.

O artigo seguinte foi escrito por sete autoras e um autor da Uerj – Amana Mattos *et al.* – e resulta dos debates e atividades do Núcleo de Pesquisas e Desconstrução de Gênero (Degenera). Neste capítulo, as autoras e o autor apresentam um histórico sobre a discussão do caráter secular e democrático da educação pública, ilustrando como grupos religiosos atacam a laicidade do ensino desde a proclamação da República. As autoras e o autor explicam que o Escola sem Partido traz nova roupagem a esta discussão, travestindo-a com o manto da relação fornecedor-consumidor, aonde a escola enquanto prestadora de serviços, assim como todo o material didático fornecido ou demandado por ela, deveriam atender aos valores morais, religiosos e sexuais dos responsáveis. As autoras e o autor lembram, entretanto, que a escola é um espaço democrático de debates e que os estudantes são seres autônomos, capazes de participar de seu processo de educação e da sociedade mais ampla, ao contrário do que apregoam os militantes do ESP.

Isabel Santa Bárbara, Fabiana da Cunha e Pedro Bicalho analisam não apenas o programa do Escola sem Partido, mas apontam como a escola tem sido uma instituição normalizadora. A escola foi pensada enquanto uma das instituições necessárias ao disciplinamento e à formação da classe trabalhadora; uma forma de controle das subjetividades e de reprodução dos valores e modelos da sociedade capitalista. Quando a escola pública passou a ser encarada como um veículo de ascensão social das classes trabalhadoras, recebeu fortes ataques dos setores conservadores, os quais se empenham na manutenção das hierarquias e dos sistemas de valores hegemônicos. Dentro deste processo, o Escola sem Partido apregoa a coação ao enquadramento no modelo hegemônico, papel que a escola já vinha cumprindo historicamente, mas de forma tácita.

Rafael Souza e Tiago de Oliveira conferem uma interpretação com fundamentos filosóficos acerca das ações do ESP, utilizando as noções de *doxa* (opinião ou crença comum) e *logos* (razão). De acordo com os autores, a escola, espaço do *logos*, está sendo assaltada pelo Escola sem Partido para incluir a *doxa* em seus currículos, apontando que as convicções religiosas e morais dos pais e dos alunos são hierarquicamente mais importantes do que o conhecimento científico. Os autores indicam que espaços formais de educação são confundidos com espaços informais, e pessoas não especializadas em discussões pedagógicas questionam a autonomia escolar e o exercício da docência – ferindo por sua vez os princípios legais da liberdade de ensino, do pluralismo de ideias e da tolerância.

O último capítulo, escrito por Paulino José Orso, apresenta propostas para a organização e discussão do currículo e dos projetos político-pedagógicos nas escolas; propostas que ajudem os estudantes a discutir o papel da educação e a enfrentar os atuais desafios políticos, econômicos e sociais do capitalismo financeiro.

O livro *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* é fundamental não apenas para os educadores, mas para todos os interessados em compreender o atual contexto social, político e econômico brasileiro. Uma obra com linguagem acessível que, como uma luneta, aproxima suas lentes do plano micro ao traçar as relações estabelecidas pelos atores vinculados ao movimento ESP e analisar seus discursos e estratégias de ação, até o plano macro, mostrando como este movimento se insere em processos globais referentes ao sistema capitalista mundializado.

A obra *Escola “Sem” Partido* é composta por capítulos que se complementam e que desdobram aspectos diferentes de um movimento calcado no denunciamento e na desconfiança contra os educadores. *Escola “Sem” Partido* é uma obra elucidativa e foi lançada num momento em que a educação brasileira, a diversidade humana, as demandas por igualdade e os direitos humanos sofriam fortes ataques de grupos conservadores. Estes grupos, majoritariamente formados por políticos e empresários preocupados com a manutenção de privilégios, usam noções e valores caros ao senso comum como a “tradição”, a família e a infância para legitimar não apenas a desigualdade social, mas também as suas carreiras políticas e as reformas que aniquilam os direitos sociais adquiridos.

Apesar de apresentar uma discussão fundamental e necessária sobre o contexto de surgimento e as estratégias de ação do Escola sem Partido, a obra organizada por Frigotto não se aprofunda nas ideias sobre as quais este movimento se sustenta. Noções como “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” alcançam centenas de pais e responsáveis por meio das redes sociais e os comove e mobiliza, norteadas por ações de assédio e violência aos que não se adequam ao “costumeiro” – diga-se hegemônico. O “marxismo cultural” – o qual abrange a “ideologia de gênero” – seria apontado como a negação da “esquerda” a tudo o que é “tradicional” – em especial à família heterossexual e ao cristianismo –, não como uma demanda de respeito à alteridade (SILVA, 2017).

As 144 páginas do livro organizado por Frigotto, escritas por pesquisadores que refletem sobre educação, sobre a instituição escolar, sobre políticas públicas, legislação e direitos

humanos auxiliam o educador a se distanciar e a analisar os fenômenos que vivencia, e a compreender as razões para a violência que recai sobre si e o transforma no atual “inimigo da família e das crianças”. *Escola “Sem” Partido* é uma obra que reflete sobre o caráter da educação no ocidente: a escola, instituição essencial para a análise e a crítica às diferentes formas de opressão social e de violência simbólica deve estar aberta para o debate e para as diferentes concepções de mundo. *Escola “Sem” Partido* ainda é um retrato da marca de resistência e de perseverança dos educadores no esforço por um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS:

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem Partido”: imposição da mordaza a educadores. E-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap – Uerj), Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, junho de 2016. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/24722/17673>>. Acesso em 22 de março de 2018.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, p. 67-82, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 23 março de 2018.

SILVA, Marília M C da Silva. Entre Dom Pedro, partidos e saias: acompanhando a controvérsia entre o Colégio Pedro II e o Escola sem Partido. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 23 a 27 de outubro de 2017. Disponível em: < www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt24-18> Acesso em 28 de março de 2018.